

Centro de Estudos Escrituralistas

Centro independente de pesquisa

Nota e Intervenção · Cosmovisão · 02 de setembro de 2026

Informação sem conhecimento? O estatuto dos dados empíricos em uma sociologia escrituralista

Orlando III

RESUMO

A construção de uma sociologia escrituralista encontra uma dificuldade anterior à definição de instituições, classes, autoridade ou mudança social: que estatuto possuem os materiais empíricos usados pela disciplina? A tradição de sociologia cristã reconheceu há décadas que pressupostos religiosos afetam a investigação social, mas preservou em larga medida a sociologia empírica como fonte legítima de descrição e explicação. A filosofia reformacional de Herman Dooyeweerd e a proposta sociológica de Robert MacLarkey avançaram ao negar a neutralidade e ao situar as estruturas sociais em uma ordem criada por Deus; ainda assim, mantiveram uma distinção entre sociologia filosófica e sociologia empírica que deixa aberta a questão epistemológica decisiva. O Escrituralismo de Gordon Clark, John Robbins e Gary Crampton torna essa questão incontornável ao restringir o conhecimento à verdade revelada nas Escrituras e às suas consequências lógicas, classificando a ciência, a história e a arqueologia extrabíblicas como opinião; esta nota propõe uma distinção metodológica entre sociologia e sociografia. A primeira designa a construção teórica de proposições verdadeiras sobre a realidade social a partir da revelação; a segunda designa a coleta, a organização e a descrição de informações contingentes por meio de censos, documentos, entrevistas, estatísticas e observação. A sociografia pode ser intelectualmente disciplinada, publicamente examinável e comparável sem funcionar como fonte autônoma de conhecimento; a distinção preserva tanto a radicalidade epistemológica do Escrituralismo quanto a possibilidade de investigação concreta de sociedades históricas.

O problema vem antes da sociologia

Uma sociologia escrituralista pode começar pela família, pelo Estado, pelo trabalho ou pelo conflito; pode também começar pela antropologia, pois toda teoria social pressupõe alguma concepção do homem. Nenhum desses pontos, contudo, é suficientemente primeiro: antes de investigar o que uma sociedade é, o pesquisador deve dizer o que pretende fazer quando afirma conhecer alguma coisa sobre ela.

Quando saímos de proposições gerais e chegamos a uma sociedade determinada, a dificuldade aparece com nitidez. A Escritura ensina que o homem foi criado à imagem de Deus, que todos pecaram, que autoridades possuem funções definidas por Deus e que a família não é produto de um contrato arbitrário. Mas uma investigação sociológica normalmente deseja afirmar também que determinada população envelheceu, que certo padrão de divórcio cresceu, que uma associação perdeu membros, que uma política alterou comportamentos ou que uma forma institucional aparece com maior frequência em um grupo do que em outro. Essas proposições não são obtidas pela simples leitura de Gênesis, Romanos ou Efésios, pois elas chegam ao pesquisador por documentos, testemunhos, censos, entrevistas, registros administrativos, séries estatísticas e observações.

Portanto, o problema não consiste em decidir se o cristão pode consultar uma tabela: consiste em determinar o que ele está autorizado a afirmar depois de consultá-la.

Essa distinção é especialmente necessária dentro do Escrituralismo: se sensação e indução não fornecem conhecimento, o emprego de técnicas empíricas não pode receber silenciosamente a função epistemológica que o próprio sistema recusou. Caso contrário, a sociologia começaria com a revelação na introdução e terminaria com o empirismo nos resultados, e uma disciplina cristã não se torna cristã porque acrescenta textos bíblicos a categorias cuja autoridade foi definida em outro lugar.

As tentativas cristãs e a permanência do método empírico

A pergunta por uma sociologia cristã não é nova. David Moberg, em 1964, formulou uma posição representativa de boa parte desse esforço ao tratar a ciência social como empreendimento essencialmente empírico e a fé cristã como perspectiva capaz de orientar as motivações, os valores e as aplicações. Sua conclusão era de parceria: ciência social empírica e fé cristã poderiam corrigir e enriquecer uma à outra.¹ Vinte e cinco anos depois, ao perguntar diretamente se existia uma “Christian Sociology”, Moberg continuava atribuindo importância aos pressupostos cristãos, reconhecendo sua influência sobre a prática do sociólogo, mas observava que sociólogos cristãos não haviam produzido objeto, método ou teoria exclusivamente próprios.²

Esse modelo possui a virtude de perceber que o pesquisador não chega ao objeto sem compromissos anteriores, mas também possui um limite para o problema presente: a investigação empírica permanece epistemologicamente disponível antes que se explique por que seus procedimentos fornecem conhecimento. A fé orienta o cientista, enquanto a ciência conserva seu método.

A filosofia reformacional tornou a crítica mais profunda. Herman Dooyeweerd recusou a ideia de uma ciência social neutra e dedicou parte extensa do terceiro volume de *A New Critique of Theoretical Thought* às estruturas da sociedade humana. Sua investigação dos princípios estruturais da sociedade pretende fornecer fundamento para as ciências especiais que examinam relações sociais concretas.³ A realidade social não aparece como massa amorfa criada pelo observador, porque possui estruturas que pertencem à ordem temporal criada.

Robert MacLarkey levou essa orientação diretamente à sociologia; em 1991, declarou que pretendia formular os contornos de uma teoria sociológica cristã informada pela filosofia reformacional. Sua exposição começa com a Escritura, afirma que o mundo depende de Deus e que a lei divina ordena a criação, e define as estruturas sociais a partir dessa ordem criada.⁴ A proposta já se encontra muito além de uma simples associação entre fé privada e método secular.

O ponto decisivo está na distinção que MacLarkey recebe de Dooyeweerd. A sociologia filosófica investiga a natureza das estruturas sociais e suas relações; a sociologia empírica estuda formas concretas surgidas em lugares e períodos determinados, descrevendo as classes e as famílias, analisando as cidades e as instituições e procurando explicar essas configurações.⁵ O próprio MacLarkey reconhece ainda que um princípio estrutural não é empiricamente verificável e funciona como pressuposto da teoria. Assim, a tradição reformacional percebe que o fundamento da teoria social não nasce do levantamento de dados.

Para uma sociologia escrituralista, entretanto, resta outra pergunta; se os princípios fundamentais não são empiricamente verificados, o que autoriza a parte empírica a produzir explicações verdadeiras sobre as ocorrências particulares? A distinção entre sociologia filosófica e empírica organiza dois tipos de trabalho, mas ainda não determina o estatuto cognitivo do segundo.

Bruce Wearne mostrou em 2003 que o problema mais amplo continuava aberto. Ao discutir a ausência de

uma sociologia cristã, ele argumentou que o desafio lançado pelo neocalvinismo às pressuposições da sociologia não havia sido cumprido de maneira suficiente.⁶ A lacuna não prova o Escrituralismo; apenas confirma que a construção de uma sociologia cristã não se resolveu pelo reconhecimento genérico de que toda ciência possui pressupostos.

O obstáculo escrituralista

John Robbins oferece uma formulação que muda a natureza do problema. Em “An Introduction to Gordon H. Clark”, ele apresenta o Escrituralismo como aplicação coerente das ideias escriturísticas a todos os campos do pensamento; a epistemologia ocupa a primeira posição porque o sistema identifica revelação proposicional como fonte de conhecimento e distingue o conhecimento, a opinião e a ignorância. Segundo essa reconstrução, muito do que ordinariamente chamamos conhecimento pertence à opinião: a história extrabíblica, a ciência e a arqueologia podem conter proposições verdadeiras, mas não carregam consigo um fundamento que permita ao homem saber que são verdadeiras.⁷

Gary Crampton repete a distinção de modo explícito; a opinião pode ser verdadeira ou falsa; o problema está em não possuir a justificação que elevaria a proposição ao estatuto de conhecimento. A história, a arqueologia e a ciência natural permanecem, por isso, no campo da opinião quando não são conteúdo revelado ou consequência necessária da revelação.⁸

A consequência para a sociologia é imediata. Um censo pode estar correto. Uma entrevista pode registrar fielmente o que alguém disse, assim como um pesquisador pode contar adequadamente quantas escolas existem numa cidade. Uma série estatística pode ter sido construída sem fraude, com critérios constantes e cálculos impecáveis; nada disso, por si só, transforma o procedimento em revelação ou dedução necessária.

A diferença entre verdade e conhecimento deve permanecer visível: dizer que uma proposição empírica é opinião não equivale a dizer que ela é falsa. Equivale a recusar uma promoção epistemológica que o método não consegue justificar segundo o padrão adotado. O Escrituralismo pode admitir que uma notícia esteja correta e, simultaneamente, negar que a leitura da notícia produza conhecimento no sentido técnico que reserva à verdade revelada e deduzida.

Essa restrição parece destruir as ciências sociais apenas enquanto se presume que sua utilidade depende de chamar todas as suas conclusões de conhecimento, mas o próprio Robbins fornece um precedente ao tratar da economia. Em “The Promise of Christian Economics”, ele insiste que a primeira barreira é epistemológica, define economia como sistema de proposições e sustenta que seus postulados, se a disciplina pretende elevar-se ao nível de conhecimento, devem ser encontrados na Escritura e deduzidos por boa e necessária consequência.⁹ O ponto não é simplesmente rejeitar uma disciplina existente. Robbins tenta reconstruí-la, separando os princípios que podem receber fundamento revelacional das pretensões empíricas que não podem fornecê-lo.

A sociologia exige operação semelhante, porém com dificuldade adicional, porque a economia, na reconstrução de Robbins, pode ser tratada como disciplina lógica da escolha humana. A sociologia possui uma relação muito mais direta com populações, instituições históricas e variações locais. Se eliminarmos todo material contingente, sobra uma teoria social geral, mas deixa de haver investigação concreta da sociedade em que vivemos. Se promovemos o material contingente a conhecimento, abandonamos o princípio epistemológico que justificaria chamar a disciplina de escrituralista.

Escolher um dos extremos não resolve o problema, porque a saída está em distinguir trabalhos diferentes.

Conhecimento, informação e uso condicional

A palavra *dado* costuma esconder mais do que esclarecer: o pesquisador nunca recebe um “fato bruto”, pois recebe uma inscrição, um número, uma resposta, um arquivo, um relato ou uma classificação. E mesmo uma contagem pressupõe que alguma coisa foi definida como unidade e que ocorrências particulares foram reconhecidas como pertencentes à classe contada. Quando o sociólogo lê que 52 por cento de uma população respondeu de determinada maneira, ele encontra uma proposição produzida por uma cadeia de decisões: quem foi contado, qual pergunta foi formulada, como as respostas foram classificadas, que registros foram excluídos e que operação matemática foi executada.

Nada disso torna o material inútil, mas obriga o pesquisador a nomeá-lo corretamente e a limitar a pretensão que lhe atribui.

Proponho chamar de **informação sociográfica** o conjunto de proposições contingentes, além de registros e descrições recebidos por investigação extrabíblica acerca de uma sociedade determinada; seu valor pode ser documental, comparativo, administrativo, prudencial, histórico ou heurístico. Seu estatuto não precisa ser inflado até o de conhecimento para que possa cumprir essas funções.

Com essa distinção, aparecem três operações diferentes que convém manter separadas.

Primeiro, há proposições sociais que a Escritura ensina ou das quais se pode argumentar por consequência necessária. O homem é criatura de Deus; homens e mulheres não são produtos de instituições sociais; pecado não é mera desadaptação; autoridade humana não é absoluta; a família e a propriedade, assim como a responsabilidade, a punição e a associação devem ser examinadas à luz das proposições reveladas pertinentes. A demonstração de cada tese terá de ser feita, e esta nota não pretende antecipá-la; o ponto é apenas formal: se uma proposição social é conhecida no sentido escrituralista, sua justificação não pode depender de uma amostra.

Segundo, existem proposições contingentes apresentadas por fontes extrabíblicas; “O censo registra X”, “o arquivo contém Y”, “o entrevistado respondeu Z” e “a série publicada apresenta tal variação” pertencem a outra ordem. Podemos registrar essas afirmações com precisão documental, confrontar fontes, expor metodologia, procurar erros e declarar graus diferentes de confiança prática; o cuidado melhora a opinião; não altera sua espécie epistemológica.

Terceiro, existem inferências condicionais. Suponha que uma fonte informe determinada alteração social. O pesquisador pode formular: se o registro representa corretamente a situação descrita, então esta situação deve ser julgada segundo as proposições P e Q, juntamente com R, já estabelecidas por outro fundamento. A informação contingente fornece a ocasião e o objeto de aplicação; não cria a norma, a antropologia ou a teoria causal que governa a interpretação.

Por sua própria natureza, a forma condicional é modesta: ela impede que a sociologia escreva cheques epistemológicos que sua conta não paga.

Sociologia e sociografia

Há uma vantagem terminológica em recuperar a palavra *sociografia*; o termo possui história anterior a este projeto e foi usado para designar a descrição empírica de grupos sociais, condições históricas e fenômenos determinados. Em tradições do século XX, sociografia chegou a funcionar como sinônimo ou componente da sociologia empírica, especialmente em levantamentos, estatísticas e descrições de configurações sociais.¹⁰ Não estamos, portanto, inventando um nome apenas para resolver uma dificuldade interna.

Aqui, entretanto, o termo recebe uma função epistemológica específica.

Sociologia, em sentido estrito, designará a teoria verdadeira da realidade social: proposições sobre o homem social, as relações entre pessoas, as instituições, a autoridade, a responsabilidade, a ordem, o conflito e a mudança, na medida em que tais proposições possam ser estabelecidas pela revelação e por inferência válida.

Sociografia designará a investigação descritiva de configurações sociais contingentes: recenseamentos, levantamentos, entrevistas, documentação, comparação de registros, estatísticas, mapas institucionais e outras formas de informação extrabíblica acerca de sociedades determinadas.

Essa divisão não reproduz exatamente Dooyeweerd. A sociologia filosófica reformacional pretende identificar estruturas ontológicas, enquanto a sociologia empírica descreve e explica configurações concretas; a distinção escrituralista proposta aqui pergunta antes pelo fundamento das proposições. Uma teoria que se apresenta como ontológica ainda deve mostrar de onde obteve suas categorias; uma pesquisa empírica metodologicamente excelente ainda deve dizer que tipo de pretensão cognitiva faz.

Sociografia também não constitui um depósito de números a ser usado sem crítica: se a informação é falível, aumenta a obrigação de registrar sua origem, quem a forneceu, como foi produzida, quais definições foram adotadas, se houve mudança de metodologia, o que a fonte efetivamente afirma e qual inferência foi acrescentada pelo pesquisador. Uma epistemologia que recusa infalibilidade aos documentos humanos possui ainda menos licença para citá-los de maneira descuidada.

Aqui o rigor acadêmico e a restrição escrituralista caminham na mesma direção: documentar não é canonizar, verificar não é tornar infalível, e confrontar fontes não converte testemunho humano em revelação. Esses procedimentos servem para diminuir confusão, fraude, erro de transcrição e inferências apressadas; servem também para que o leitor saiba exatamente em qual ponto termina a fonte e começa o argumento.

O que os dados podem fazer

A distinção entre sociologia e sociografia permite preservar usos legítimos do material empírico sem transformá-lo em fundamento autônomo.

Dados podem **localizar** uma questão. Um conjunto de registros pode mostrar que determinada instituição relata crescimento de conflitos em certo período; isso fornece um objeto concreto a investigar.

Dados podem **descrever** aquilo que uma fonte registra; uma pesquisa pode informar a distribuição de respostas obtidas sob determinado instrumento. O pesquisador não tem de transformar a distribuição em lei universal para apresentá-la.

Dados podem **comparar** registros construídos segundo critérios suficientemente semelhantes; a comparação continua condicional à integridade e à compatibilidade das fontes, mas pode revelar diferenças relevantes para decisões prudenciais.

Dados podem **testar coerência interna** de uma alegação empírica; se alguém afirma que certo arquivo contém mil ocorrências e o próprio arquivo contém quinhentas, existe uma contradição documental que pode ser exposta. Isso não transforma a contagem numa fonte revelacional; apenas mostra que as duas afirmações não podem ser simultaneamente corretas nas mesmas condições.

Dados podem **orientar a ação prudencial** em decisões que dependem de circunstâncias históricas contingentes e não aparecem nominalmente na Escritura. Um pastor, administrador, magistrado ou

pesquisador precisa deliberar justamente sob essas condições particulares. Ele pode ter razões melhores ou piores para acreditar que certo bairro possui determinada necessidade, que um orçamento comporta uma despesa ou que uma associação reúne certo número de pessoas. Agir prudentemente, nesse sentido, não exige onisciência nem transforma estimativa em certeza.

Por fim, dados podem **fornecer ocasião para aplicação de princípios conhecidos**; se há razão suficiente para tratar uma informação como provavelmente correta no uso cotidiano, podemos perguntar como princípios revelados se aplicariam caso a situação seja tal como descrita. A conclusão prática terá a força correspondente às premissas contingentes usadas na aplicação.

Essas funções são intelectualmente relevantes. Nenhuma exige que a indução produza universais verdadeiros a partir de particulares observados.

O que os dados não podem fazer

O primeiro limite é ontológico, porque uma pesquisa não cria a natureza do homem que pretende estudar: se o pesquisador define pessoa como organismo determinado por relações materiais, essa antropologia não veio da planilha. Antes de receber qualquer número, a planilha já foi lida por uma antropologia anterior que determina o significado atribuído aos dados.

O segundo limite é normativo, pois frequência observada não produz dever moral nem transforma preferência coletiva em norma. Ainda que todos os membros de uma população aprovassem determinada conduta, a unanimidade não a tornaria justa; uma sociologia cristã que descobre seus valores pela distribuição das preferências já deixou a Escritura no momento em que mais dependia dela.

Mais grave é o limite causal, porque correlação, sequência temporal e regularidade estatística não carregam dentro de si uma teoria suficiente da causalidade. Esse problema se torna ainda mais grave numa construção ocasionalista, em que Deus é a causa última e soberana de todos os acontecimentos e as relações entre eventos criados não podem ser convertidas sem argumento em poderes causais independentes. Vincent Cheung leva a crítica ao empirismo precisamente a esse ponto ao sustentar que a sensação não justifica as relações metafísicas que o empirista deseja afirmar. " Uma sociologia escrituralista terá de desenvolver sua linguagem causal com muito mais cuidado do que a fórmula rotineira "X causa Y".

Quanto à generalização, nenhum número de ocorrências particulares contém uma premissa universal apenas porque muitas ocorrências foram reunidas: a amostra pode sustentar cálculo, previsão operacional e expectativa prática; não produz, por indução, necessidade lógica.

Por fim, existe o limite interpretativo, pois uma mesma mudança estatística pode receber explicações concorrentes: o aumento de divórcios pode ser atribuído a legislação, economia, moralidade, religião, composição demográfica, métodos de registro ou combinações entre esses fatores. O número permanece mudo quanto à escolha entre essas explicações enquanto uma teoria anterior não lhe atribui sentido.

Por isso, a crítica ao empirismo não manda o pesquisador fechar os olhos; obriga-o a abrir a lógica antes de atribuir aos dados aquilo que eles não demonstram.

A objeção da inutilidade

Contra a proposta, a objeção mais imediata afirma que a sociologia fica sem objeto: se os fatos particulares sobre uma sociedade são apenas opinião, que diferença resta entre sociologia e teologia

sistemática com capítulos sociais?

Esse ataque identifica um risco real, mas erra a conclusão, pois o risco existe se a sociologia for reduzida a uma coleção de versículos sobre a família, o governo e o trabalho. Uma disciplina social deve organizar proposições e relações, distinguindo problemas e consequências próprias do seu domínio; Robbins tentou fazer isso com a economia ao perguntar quais postulados econômicos poderiam ser deduzidos da Escritura e quais teoremas seguiriam deles. O programa sociológico deve realizar tarefa análoga com categorias especificamente sociais.

Sociografia acrescenta o segundo trabalho, no qual sociedades históricas devem ser descritas, seus documentos organizados e suas instituições comparadas; a disciplina, portanto, não perde o mundo concreto, mas perde apenas o direito de fingir que a falibilidade desapareceu quando os dados entraram num software estatístico.

Um exemplo simples deixa a diferença visível: uma sociologia escrituralista pode defender uma teoria da família segundo proposições bíblicas e suas consequências. Uma investigação sociográfica pode então mapear como legislações, práticas domésticas e autodefinições familiares aparecem em determinado país e período. O primeiro trabalho procura estabelecer o que a família é e quais normas a governam; o segundo registra como pessoas e instituições se apresentam e agem sob condições históricas determinadas. Confundir os dois faz a descrição decidir a norma ou a norma fabricar o dado.

A objeção da autorreferência

Há uma dificuldade mais séria. Esta própria nota contém informações extrabíblicas: datas de artigos, títulos de livros, páginas, nomes de periódicos e reconstruções do que determinados autores escreveram; se tudo isso pertence à opinião, a pesquisa acadêmica não estaria serrando o galho em que se encontra?

Responder a isso exige admitir a consequência, pois sob a definição escrituralista estrita, os dados bibliográficos deste texto não se tornam conhecimento apenas porque foram verificados em catálogos e arquivos, além de edições digitalizadas. Trata-se de afirmações documentais falíveis, ainda que possam ser sustentadas por excelente documentação. Podem ser muito bem sustentadas, podem corresponder à verdade e podem ser publicamente verificáveis, mas seu estatuto continua diferente daquele atribuído à proposição revelada.

Nada obriga a pesquisa a ocultar isso. Pelo contrário, deve marcar a diferença entre uma reconstrução histórica e uma dedução: quando se afirma que Moberg publicou determinado artigo em 1989, oferece-se documentação para que o leitor examine a afirmação. Quando se argumenta que uma conclusão não se segue de suas premissas, o leitor deve examinar a inferência; quando se sustenta que certa doutrina é bíblica, a questão exige demonstração exegética e lógica própria. Uma única palavra, “conhecimento”, não deve apagar as diferenças entre essas operações.

Douglas Douma encontrou problema semelhante ao estudar o papel da informação extrabíblica na hermenêutica de Clark. Ao reunir passagens nas quais Clark rejeita informação extrabíblica como fundamento necessário e outras em que reconhece algum valor para materiais externos, Douma pergunta se esses recursos devem ser tratados como opinião em vez de conhecimento.¹² A sociologia recebe a mesma dificuldade em escala muito maior. Aqui, informação extrabíblica não aparece ocasionalmente; constitui boa parte do material de trabalho cotidiano.

Esta distinção não elimina toda objeção ao infalibilismo clarkiano: ela apenas mostra como uma sociologia que aceite esse infalibilismo pode trabalhar de modo coerente sem fingir que censos se tornaram Escritura nem fingir que censos são inúteis.

Uma consequência programática

Disso segue uma mudança na ordem do projeto de uma sociologia escrituralista; antes de construir uma teoria positiva das instituições, será necessário manter três perguntas diante de cada proposição: qual é sua fonte, qual é seu estatuto e qual inferência a sustenta?

Uma afirmação sobre a natureza do Estado não deve nascer de um levantamento de constituições. Uma afirmação sobre o que determinado Estado fez no ano passado não deve ser deduzida de Romanos 13; uma afirmação causal sobre por que uma política produziu certo resultado não deve ser escondida dentro de uma correlação, e uma avaliação moral não deve aparecer como se fosse descrição estatística.

Separar essas operações fortalece a disciplina ao dar a cada uma o seu nome e o seu limite próprio.

Ela também fornece um programa de trabalho. A sociologia escrituralista deve construir uma antropologia social, uma teoria das instituições, uma doutrina da autoridade e da associação, uma teoria do conflito, uma explicação da relação entre pecado e ordem social, uma filosofia da história social e uma teoria da causalidade compatível com a soberania divina. A sociografia, por sua vez, deve desenvolver regras para o uso de documentos e testemunhos, de censos e estatísticas, assim como de entrevistas e observação, sem ultrapassar o estatuto que essas fontes podem sustentar.

Com isso, o projeto se torna mais exigente do que uma sociologia confessional acrescentada ao método corrente, porque ele deve justificar tanto aquilo que afirma conhecer quanto aquilo que apenas registra, estima ou aceita provisoriamente para agir.

Conclusão

Tentativas de construir uma sociologia cristã já produziram caminhos relevantes: Moberg demonstrou que pressupostos e valores religiosos atravessam a prática das ciências sociais. Dooyeweerd forneceu uma filosofia social que nega neutralidade e situa estruturas sociais numa ordem criada; MacLarkey transformou parte desse programa em esboço de teoria sociológica cristã, distinguindo sociologia filosófica e sociologia empírica. Wearne mostrou que, mesmo dentro da tradição reformacional, a tarefa permaneceu incompleta.

Nesse quadro, o Escrituralismo introduz uma ruptura adicional: se conhecimento é restrito àquilo que Deus revela e às consequências logicamente necessárias dessa revelação, a sociologia empírica não pode continuar funcionando como fonte autônoma de proposições conhecidas. E isso não torna os documentos, os censos e as estatísticas falsos; impede apenas que sua utilidade seja confundida com infalibilidade ou justificação epistêmica.

Separar sociologia e sociografia oferece uma primeira solução metodológica, pois a sociologia procura construir a teoria verdadeira da realidade social a partir da revelação. A sociografia descreve configurações contingentes por meios falíveis, conservando seu valor documental e comparativo, além de prudencial, e as duas podem trabalhar juntas desde que uma não usurpe a função da outra.

Pesquisa social concreta continua possível, mas desaparecem a suposta neutralidade do dado e a promoção automática da observação ao estatuto de conhecimento.

Esse ponto deve permanecer no fundamento do projeto: antes de perguntar o que os números dizem sobre a sociedade, uma sociologia escrituralista deve perguntar o que, exatamente, um número pode dizer.

Notas

Bibliografia

Cheung, Vincent. “A Career in Science.” 18 de janeiro de 2005.

Cheung, Vincent. “Occasionalism and Empiricism.” 29 de abril de 2005.

Crampton, W. Gary. “Scripturalism: A Christian Worldview.” *The Trinity Review*, no. 299 (March-May 2011).

Dooyeweerd, Herman. *A New Critique of Theoretical Thought*. Vol. 3, *The Structures of Individuality of Temporal Reality*. Traduzido por David H. Freeman e H. de Jongste. Philadelphia: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1969.

Douma, Douglas J. “Scripturalist Hermeneutics and Extra-Biblical Information.” *The Trinity Review* (June 2020).

MacLarkey, Robert L. “Reformational Social Philosophy and Sociological Theory.” *Perspectives on Science and Christian Faith* 43 (June 1991): 96-102.

Moberg, David O. “Empirical Social Science and Christian Faith.” *Journal of the American Scientific Affiliation* 16 (March 1964): 20-26.

Moberg, David O. “Is There a 'Christian Sociology'?” *Journal of Interdisciplinary Studies* 1, nos. 1-2 (1989): 5-23. doi:10.5840/jis198911/22.

Robbins, John W. “An Introduction to Gordon H. Clark.” *The Trinity Review* (July-August 1993).

Robbins, John W. “The Promise of Christian Economics.” *The Trinity Review*, nos. 186-187 (August-September 2000).

Steinmetz, Sebald Rudolf. “Die Stellung der Soziographie in der Reihe der Geisteswissenschaften.” *Archiv für Rechts- und Wirtschaftsphilosophie* 6, no. 3 (1912-1913): 492-501.

Wearne, Bruce C. “Deism and the Absence of Christian Sociology.” *Philosophia Reformata* 68, no. 1 (2003): 14-35. doi:10.1163/22116117-90000273.

Citação sugerida

O. III. “Informação sem conhecimento? O estatuto dos dados empíricos em uma sociologia escrituralista.” *CEE Nota de Pesquisa* 002, versão 1.0, 2 de setembro de 2026.

Notas

1. David O. Moberg, “Empirical Social Science and Christian Faith,” *Journal of the American Scientific Affiliation* 16 (March 1964): 20-26. [\[Voltar ao texto\]](#)

2. David O. Moberg, “Is There a 'Christian Sociology'?” *Journal of Interdisciplinary Studies* 1, nos. 1-2 (1989): 5-23, doi:10.5840/jis198911/22. [\[Voltar ao texto\]](#)

3. Herman Dooyeweerd, *A New Critique of Theoretical Thought*, vol. 3, *The Structures of Individuality of Temporal*

Reality, trans. David H. Freeman and H. de Jongste (Philadelphia: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1969), 157-160. [\[Voltar ao texto\]](#)

4. Robert L. MacLarkey, "Reformational Social Philosophy and Sociological Theory," *Perspectives on Science and Christian Faith* 43 (June 1991): 96-102. [\[Voltar ao texto\]](#)

5. MacLarkey, "Reformational Social Philosophy," 96-97; Dooyeweerd, *A New Critique*, 3:157-160, 262-265. [\[Voltar ao texto\]](#)

6. Bruce C. Wearne, "Deism and the Absence of Christian Sociology," *Philosophia Reformata* 68, no. 1 (2003): 14-35, doi:10.1163/22116117-90000273. [\[Voltar ao texto\]](#)

7. John W. Robbins, "An Introduction to Gordon H. Clark," *The Trinity Review* (July-August 1993), 2-3. [\[Voltar ao texto\]](#)

8. W. Gary Crampton, "Scripturalism: A Christian Worldview," *The Trinity Review*, no. 299 (March-May 2011), 4-5. [\[Voltar ao texto\]](#)

9. John W. Robbins, "The Promise of Christian Economics," *The Trinity Review*, nos. 186-187 (August-September 2000), 2-7. A conferência original foi apresentada em outubro de 1999. [\[Voltar ao texto\]](#)

10. Sebald Rudolf Steinmetz, "Die Stellung der Soziographie in der Reihe der Geisteswissenschaften," *Archiv für Rechts- und Wirtschaftsphilosophie* 6, no. 3 (1912-1913): 492-501. O termo recebeu usos posteriores diferentes; aqui interessa sua associação histórica com descrição empírica de condições sociais. [\[Voltar ao texto\]](#)

11. Vincent Cheung, "Occasionalism and Empiricism," 29 de abril de 2005; Cheung, "A Career in Science," 18 de janeiro de 2005. Ambos integram a biblioteca digital oficial do autor. [\[Voltar ao texto\]](#)

12. Douglas J. Douma, "Scripturalist Hermeneutics and Extra-Biblical Information," *The Trinity Review* (June 2020). [\[Voltar ao texto\]](#)

Como citar

III, Orlando. Informação sem conhecimento? O estatuto dos dados empíricos em uma sociologia escrituralista. Centro de Estudos Escrituralistas, 2026. Disponível em: <https://orlandoterceiro.com/cee/pt/notas-e-intervencoes/informacao-sem-conhecimento-o-estatuto-dos-dados-empiricos-em-uma-sociologia-escrituralista>. Acesso em: 02 set. 2026.

<https://orlandoterceiro.com/cee/pt/notas-e-intervencoes/informacao-sem-conhecimento-o-estatuto-dos-dados-empiricos-em-uma-sociologia-escrituralista>